

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DO DISCENTE ACOMETIDO DE PARALISIA CEREBRAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Cristiane Monte de Araújo*

Arlan Amanajás Pinto**

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de realizar um levantamento bibliográfico sobre o processo de avaliação pedagógica do discente acometido de paralisia cerebral, identificando as práticas de avaliações pedagógicas mais adequadas para o uso com esses discente e fazer um sucinto resumo sobre o que é paralisia cerebral. A busca foi conduzida na Plataforma Virtual Google Acadêmico, que apresentou uma gama de sites dos termos selecionados, como virtual SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e do portal virtual de revista ABCS Health Sciences. Os resultados dos artigos selecionados demonstraram que apesar de a inclusão escolar já ser regida por lei, muitas escolas que adotam o modelo de escola inclusiva não apresentam o mínimo de estrutura adequada para receber crianças com paralisia cerebral. O estudo mostra a necessidade de a escola está preparada com a estrutura física e pedagógica tendo uma equipe multidisciplinar para atender todas as necessidades que o aluno apresenta em conjunto com o professor da sala regular, não se trata apenas de integrar o discente na escola, mas sim de acompanhá-lo evolutivamente em sua trajetória de desenvolvimento pessoal. Dessa forma, a participação da família, as tecnologias assistivas, a comunicação aluno-professor, assim como, a formação continuada do docente que trabalhará com esse aluno, são estratégias que possibilita o desenvolvimento global desse aluno, promovendo sua inserção no meio social de modo que o mesmo se sinta incluso.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão. Prática Pedagógica. Paralisia Cerebral.

*Acadêmica do 8º semestre do Curso de Licenciatura do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) Campus Santana, email: cristianearaujo_ap@hotmail.com.br.

**Docente do Curso de Licenciatura do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) Campus Santana e Psicólogo Especialista em Neuropsicologia, arlan@unifap.br.

INTRODUÇÃO

A paralisia cerebral (PC) é um transtorno complexo que causa grandes mudanças na vida de pessoas acometidas por essa deficiência na infância, como também mudanças no ambiente familiar, na sociedade, no âmbito escolar e tem gerado impacto também nas políticas públicas por representar uma condição não progressista e permanente, intitulada de encefalopatia crônica (EC). Essa deficiência constitui um grupo de desordem permanente da postura, da comunicação, do movimento e do desenvolvimento causadas por lesões sofridas em algumas áreas do cérebro, ocorridos nos períodos pré, peri ou pós-natal afetando o sistema nervoso central. Santos (2014)

Sabe-se que Rubinstein et. Al. (2002, p. 34) “A Paralisia Cerebral pode estar acompanhada de outros transtornos como: distúrbios visuais, auditivos, déficit mental, epilepsia, dificuldades respiratórias de alimentação, transtornos na linguagem, de comunicação, problemas de conduta e outros”. A prevalência é de 2 a 3 por 1000 nascidos vivos e é a causa mais comum de deficiência física grave que acomete crianças.

Para assimilar de maneira mais precisa o que é PC é necessário entender que este enquadramento humano é componente do grupo de anomalias físico-motoras que se encaixam no grupo das deficiências. As deficiências, segundo Mazzota (2002), são restrições físicas que, de vez em quando, refletem inabilidades nos seus portadores. Consoante com o Manual de Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), declaração reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, deficiência é conceituada como, qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Conseqüentemente, crianças acometidas de PC, por várias vezes, podem desenvolver fraqueza no tônus muscular, difícil autocontrole, redução da extensão de movimento e variações de sensibilidades. Tais variações podem influenciar não só no desempenho de atividades relevantes à funcionalidade dessas crianças (andar, escrever, brincar) como pode alterar as aquisições de atividades rotineiras necessárias, tal como higienizar-se, vestir-se, manter-se saudável e alimentar-se. Além disso, podem delimitar a atuação das mesmas em inúmeras circunstâncias, incluindo domiciliar e escolares.

Para Amaral e Mazzitelli (2013) existe graus diferenciados quanto a esta deformidade estabelecendo critérios de classificação para poder serem trabalhados fundamentalmente no contexto que envolve a escola normativa. Segundo sua classificação, existem 6 tipos específicos de paralisia cerebral que tem sua classificação segundo os seguintes fatores: tônus postural, tipo de alteração de inervação recíproca e distribuição da condição do tônus. A classificação é realizada conforme a qualidade do tônus e distribuição.

Quanto a qualidade do tônus ela poderá ser Espática que se caracteriza pela rigidez muscular acarretando dificuldade nos movimentos, podendo ser encontrada em grau leve, moderado e grave; Atetóide é caracterizada por movimentos lentos, retorcidos e involuntários esses movimentos variam de acordo com a complexidade, a condição e do grau de estímulo e esforço de cada caso e Atáxia que é caracterizado por falta de equilíbrio e incoordenação dos movimentos, ela geralmente vem associada com a atetose ou espaticidade, e a criança atáxico tem deficiência mental com um grau mais ou menos grave. (LEITE, PRADO, 2004).

Já quanto a distribuição do tônus ela poderá apresentar como: Monoplegia quando atinge um único membro podendo ser superior ou inferior; Hemiplégia quando à paralisia ocorre na metade do corpo (esquerdo ou direito); Diplegia afeta as partes iguais do corpo nas duas metades do corpo; Triplegia é quando os membros superiores e inferiores são afetados mais de lados diferentes do corpo; Paraplegia é a paralisia dos membros inferiores e Quadriplegia ou Tetraplegia quando há comprometimentos nos quatros membros e os músculos do tronco. (NITRINI, BACHESHI, 2009).

Existem inúmeras formas de deficiência que podem acometer a criança, tais características podem ser de ordem psicológica, fisiológica ou ainda anatômica, cada uma, possui seus adjetivos próprios que tornam o processo de interação difícil de ser realizado. (NITRINI, BACHESHI, 2009).

O processo de evolução é comprometido de forma drástica por uma dessas formas de deficiência como na paralisia cerebral, que há muito tempo vem sendo objeto de estudo para se descobrir as causas que provocam este evento possível, estagnando de certa maneira a vida social da pessoa com PC. (LEITE, PRADO, 2004).

Porém, devido ao avanço nas pesquisas e conhecendo mais sobre o universo dessas crianças, jovens e adultos e suas peculiaridades, pôde-se descobrir que apesar de suas contenções, é possível que tenham uma vida sociável com a ajuda da

família e da sociedade, essencialmente, iniciando sua trajetória no espaço escolar, onde é mais provável que essa criança consiga desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais.

Ao passar dos anos, no campo teórico, o processo de inclusão da criança se deu por lei, independentemente de suas restrições fisiológica, e esse direito deve ser garantido pelas denominadas, escolas inclusivas, permitindo que os jovens participem efetivamente de todos os meios sociais e de interações.

O contexto legal brasileiro é regido fundamentalmente por uma Constituição Federal, esta Carta Magna, promove todos os direitos e obrigações que norteiam a população do referido país, desta forma, em seu artigo 205, afirma que todos possuem direito a escola, sem qualquer forma de discriminação ou limitação. Para que esta situação não fique apenas positivada na lei, as plataformas escolares delimitam na Diretriz Geral, de sua sistemática de atuação que a escola serve como um espaço de reflexão e deve estar atenta ao processo de inclusão para com todos os seus envolvidos, mesmo que precisem de um atendimento especial em sala de aula. (BRASIL, 2006).

Percebe-se que atualmente as escolas privilegiam a educação como um processo de inclusão em todas as suas vertentes, mas existem problemas para com a prática desta modalidade de atendimento aos alunos, ou seja, os meios escolares em muitos momentos não estão preparados para receber o aluno portador de limitações de qualquer espécie (BRASIL, 2006).

Ao decorrer disso, a inclusão escolar tem tido um obstáculo perturbado para educadores e para o sistema escolar como um todo. Isto porque, as escolas regulares de ensino têm passado por mudanças em aceitar não apenas certa parcela de alunos, mas como todas as crianças, jovens e adultos com deficiência ou sem deficiência, em seu sistema, e como já eram notórios as dificuldades de atender a demanda de estudantes com sua total funcionalidade (sem estrutura arquitetônica e profissional) está sendo mais dificultoso ainda atender os discentes com todas as suas diferenças e limitações, principalmente as que portam Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Vários são os questionamentos de como, um professor consegue lidar com uma sala de aula superlotada, com alunos apresentando dificuldades de atenção e de aprendizado, sem estrutura arquitetônica mínima adequada para acolher alunos com necessidades especiais.

Além disso, problemas com professores não habilitados para reconhecer e enfrentar as diferenças e privações de alunos com necessidades especiais, e com isso não conseguem desenvolver atividades dinâmicas e avaliações que apontem um processo de alfabetização e conhecimento diferenciado, tanto na comunicação, como no entendimento, na atenção ou no intelecto, vem sendo um dos principais impasses encontrados nas escolas regulares do Brasil.

Por isso, os estudos voltados para alunos com encefalopatia crônica têm crescido significativamente no ramo acadêmico científico, tais estudos rodeiam a temática de qual avaliação pedagógica um professor com o novo modelo de escola e sistema inclusivo pode atuar para ajudar ou melhorar o desenvolvimento de seus alunos no de seu dia a dia escolar.

De acordo com pesquisas nesse ramo, vários autores mencionam a utilidade da tecnologia como ferramenta de apoio ao progresso evolutivo desse estudante com PC, tem se tornado cada vez mais frequente o uso de programas e computadores orientados a auxiliar o desenvolvimento motor, comunicativo e intelectual do estudante com NEE, tal ferramenta chamada de tecnologia assistiva dá uma assistência interdisciplinar que engloba recursos, metodologias, práticas, estratégias de avaliações para que esse indivíduo com pouca mobilidade e comunicação aprenda a ter mais autonomia.

Para o cumprimento da prática fundamentada em comprovações entre os profissionais que operam com essa clientela, como por exemplo, os professores que acompanham diretamente as dificuldades encontradas por esses discentes, torna-se essencial avaliar criticamente a literatura existente sobre esse tema, reunindo os principais resultados. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi, de realizar um levantamento bibliográfico sobre o processo de avaliação pedagógica do discente acometido de paralisia cerebral, identificando as práticas de avaliações pedagógicas mais adequadas para o uso com esses discente e fazer um sucinto resumo sobre o que é paralisia cerebral.

METODOLOGIA

O existente trabalho regeu-se de uma revisão bibliográfica com análises de documentos com abordagens de dados qualitativos sobre o tema “o processo de avaliação pedagógica do discente acometido de paralisia: uma revisão da literatura”.

Para tanto, foram utilizados artigos científicos extraídos da plataforma virtual Google Acadêmico, dentro dessa plataforma foram encontrados artigos na biblioteca virtual SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e do portal virtual de revista ABCS Health Sciences.

Ao todo, foram apresentados 222 resultados na Plataforma Digital Google Acadêmico, dentre os resultados achados 12 foram utilizados no processo de desenvolvido deste presente artigo, tinham como palavras c. Todos os trabalhos científicos estavam na língua portuguesa e tinham sido publicados no período de 1988 a 2015. A revisão de literatura foi realizada entre os meses de março e maio de 2019.

Os recursos científicos poderiam ser aproveitados através de inúmeras áreas, como da saúde, educação, política, entre outros. Os termos voltados sobre a patologia “Paralisia Cerebral”, foram retirados principalmente de trabalhos científicos do ramo da saúde. Por outro lado, os conceitos de política de inclusão eram tirados de artigos educacionais e políticos. E por fim, os métodos de avaliações pedagógicas foram mais encontrados nos artigos educacionais e tecnológicos.

Os fatores de inclusão para as pesquisas encontradas foram as seguintes:

- 1) Autores que em seu artigo científico argumentassem sobre histórico da patologia “Encefalopatia Crônica”;
- 2) Autores que em seu artigo científico argumentassem sobre a inclusão, multidisciplinaridade que a inclusão apresenta, e como é seu regimento legal;
- 3) Autores que em seu artigo científico argumentassem sobre a entrada de crianças com PC nas escolas e o novo modelo de sistema das escolas inclusivas;
- 4) Autores que em seu artigo científico argumentassem sobre o novo cotidiano das crianças com paralisia cerebral e o novo cotidiano dos professores;
- 5) Autores que em seu artigo científico argumentassem sobre Tecnologia Assistiva no meio educativo

Após esses procedimentos se construíram os quadros para apresentar os trabalhos e posteriormente fazer-se a leitura minuciosa para a discussão de maneira analisar as convergências e as divergências dos autores sobre suas concepções sobre o tema inclusão de alunos com PC, e a o processo de avaliação pedagógica desses alunos.

RESULTADOS

Está seção, expõem-se os resultados pertencente a temática avaliação pedagógica em alunos com paralisia cerebral, dos quais falam sobre quais os possíveis metodologias a serem utilizadas com esses alunos e como a importância de entender como esse processo pode contribuir para o desenvolvimento do mesmo.

No quadro 1, analisa-se os trabalhos publicados entre os anos 2007 a 2014, dos quais tem em suas palavras-chave avaliação pedagógica e paralisia cerebral. Os autores apresentam metodologias a serem usados e como esses alunos com PC, podem ser inclusos na sala de aula de maneira que eles sintam-se incluso em sua totalidade.

Quadro 1. Avaliação Pedagógica e Paralisia Cerebral

Autores	Títulos	Natureza	Ano	Síntese dos Autores
SILVA, Daniela Baleroni Rodrigues.	Avaliação das atividades de crianças com paralisia cerebral na escola regular: participação, níveis de auxílio e desempenho	Dissertação	2007	Entender como o aluno com PC compreende o que lhe estar sendo repassado dentro de uma sala de aula. É fundamental para que esse aluno seja inserido no contexto escola como um todo. Permitir que os professores façam uma avaliação pedagógica de atividades de crianças com Paralisia Cerebral com identificação de pontos ativos e delimitações de suas capacidades como: participação social, desempenho de tarefas e desempenho de atividades, e feedback do aluno
FERREIRA, Maria Inês de Jesus	Tecnologia assistiva para crianças com paralisia cerebral sem oralidade: avaliação da comunicação durante atividades com jogos digitais	Dissertação	2011	Na avaliação do aluno o uso da tecnologia facilita ao professor intervir junto aos alunos com dificuldades motoras, cognitivas e da fala. A tecnologia assistiva trabalha-se com jogos lúdicos com crianças com paralisia cerebral que sofreram uma lesão em alguma parte do cérebro e conseqüentemente, tiveram sequelas na parte comunicativa. Com a finalidade de avaliar o desenvolvimento pedagógico das crianças expressando o uso de diversas formas de comunicações corporais, faciais, vocativas e gestuais, além de possibilitarem o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da atenção.
MARTINS, Catarina; LEITÃO, Letícia.	O aluno com paralisia cerebral em contexto educativo:	Artigo	2012	A avaliação pedagógica nas escolas de ensino regular de alunos acometidos de PC devem priorizar a

	diferenciação de metodologia e de estratégias.			inserção de uma nova maneira que seja de formação contínua e especializada onde a diversidade seja a regra.
PAURA, Andréa Carla; DELIBERATO, Débora.	Estudos de vocabulário para avaliação de crianças com deficiência sem linguagem oral	Artigo.	2014	Na avaliação pedagógica a comunicação suplementar é uma alternativa que pode ser usada com crianças acometidas de PC. É um suporte para o desenvolvimento da linguagem e como recurso pedagógico na área da educação especial e da saúde. Em que promove a capacidade e oportunidade da criança de se comunicar, atendendo a especialidade determinada de cada um e inserindo a conversação do vocábulo nos ambientes naturais de sociabilidade.
FRANCO, Marco Antonio Melo, GUERRA, Leonor Bezerra.	O ensino e a aprendizagem da criança com paralisia cerebral: ações pedagógicas possíveis no processo de alfabetização.	Artigo.	2015	Na avaliação, deve-se perceber os alunos de forma heterógena e aplicar formas diferenciadas de práticas pedagógicas, introduzir outros conhecimentos e em conjunto a formação do professor deve acontecer sempre na prática. Esses são sistemas de avaliação que facilitam o ensino-aprendizagem da criança com especialidades (PC).
DELIBERATO, Débora	Seleção, adequação e implementação de recursos alternativos e/ou suplementares de comunicação	Artigo.	2015	Avaliar requer ter percepções sobre o que está sendo ensinado, mas com os alunos com PC exige-se mais atenção e planejamento específico, já que a comunicação verbal e gestual é em muitos casos prejudicado por conta da condição de PC. Sendo assim selecionar e adequar recursos que possibilite esse processo facilitará o ensino-aprendizado, assim como a permanência desse aluno no ensino regular.

Fonte: Autoria própria

Nesta sessão, o quadro 2, traz trabalhos publicados entre os anos 1988 a 2014, abordando com deve se dá a inclusão de alunos com PC, nas salas regulares no ensino público. Os autores expõem sobre como deve-se ser o posicionamento da escola em relação a esse aluno que fará parte de seu ensino.

Incluir crianças com qualidade e responsabilidades, exige da escola que essa esteja ciente de como esse processo deve ocorrer, para assim disponibilizar um ensino de qualidade a todos. Incluir vai além de inserir um aluno na sala de aula, incluir requer

ofertar uma educação sem discriminação, um processo social do qual a criança terá direito a escolarização o mais próximo possível do normal.

Quadro 2. Conceitos de Inclusão e Paralisia Cerebral

Autores	Títulos	Natureza	Ano	Síntese dos Autores
CARVALHO, Lígia Maria de Godoy.	As atividades lúdicas e a criança com paralisia cerebral: o jogo, o brinquedo e a brincadeira no cotidiano da criança e da família	Dissertação	1988	A criança com PC, necessitam de um processo para estabelecer sua inclusão nas relações com o seu meio para que assim possa interagir com a sociedade, e através das atividades lúdicas inseridas no seu cotidiano, como vestuário, alimentação e higiene propiciam lazer e diversão e diversão, simultaneamente, permite a aquisição de habilidades necessárias para o desenvolvimento global da criança com paralisia cerebral.
SANTOS, Amélia; SANCHES, Isabel.	Práticas de educação inclusiva. Aprender a incluir a criança com paralisia cerebral e sem comunicação verbal ao jardim de infância	Artigo	2004	A inclusão pressupõe um trabalho multidisciplinar, envolvendo diversos parceiros, possibilitando assim o desenvolvimento da criança com paralisia cerebral. Devendo haver uma interação entre criança, família, classe e educadores proporcionando assim estratégias diversificada para o ensino-aprendizagem
HEIDRICH, Regina de Oliveira; SANTAROSA, Lucila Costi e FRANCO, Sérgio KIELING.	Inclusão escolar de aluno com paralisia cerebral, utilizando as tecnologias de informação e comunicação	Artigo	2012	A inclusão de um aluno com PC exige do professor que se faça conhecedor das novas tecnologias, para que esse possa possibilitar ferramentas de trabalho que facilite o aprendizado do aluno que tem suas dificuldades devido as características da paralisia cerebral como: atrasos cognitivos, motor, problemas na fala, audição.
AFONSO, Ângela Maria Teixeira	O ensino e a paralisia cerebral	Dissertação	2012	A PC é originada no cérebro em desenvolvimento que se manifesta por perturbações motoras, as crianças precisam constantemente do apoio afetivo da família, sociedade e da escola, as crianças devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentarem inseridas num ensino organizado que respeite o tempo e a experiência de cada um.

BALTAZAR, Susana Maria Pita.	A inclusão de crianças com paralisia cerebral em contexto educativo – percepções dos docentes do ensino regular, ensino especial e atividades de enriquecimento curricular.	Dissertação	2013	Incluir uma criança no contexto escolar, requer de partes dos educadores compromisso para trabalhar o desenvolvimento desse aluno, com interação de uma equipe multidisciplinar envolvida na evolução a fim de proporcionar o desenvolvimento global.
SANTOS, Alisson Fernando dos.	Paralisia cerebral: uma revisão da literatura.	Artigo	2014	O primeiro termo sobre paralisia cerebral apareceu em 1843, graças ao médico cirurgião Willian Jhon Little, e foi batizada na época de “doença de Little”. Em 1897, após analisar e estudar as pesquisas já registradas, Sigmund Freud denominou a desordem medica de Paralisia Cerebral que conseqüentemente foi amplamente aceita. Nos dias atuais, para alguns esse termo é visto de forma pejorativa e devido a esses olhares negativos passou a ser denominada encefalopatia crônica.

Fonte: Autoria própria

DISCUSSÃO

O resultado do estudo demonstrou várias etapas de crianças acometidas com paralisia cerebral e sua história na luta da inclusão tanto na sociedade, assim como nas escolas. Estudos revelam que inicialmente jovens que possuem a moléstia da desordem cerebral eram reconhecidas na sociedade como pessoas doentes, incapazes e totalmente excluída do contado exterior da família. A história da inclusão começa justamente quando estudos revelaram que as pessoas que possuíam a deficiência eram capazes de realizar atividades cotidianas, conseguiam se comunicar, praticar atividades cognitivas e relacionar-se com a sociedade, porém cada um com as suas limitações. Junto a isso deu-se o processo de inclusão.

Segundo os autores Silva (2007) do quadro 1 e Afonso (2012) do quadro 2, a inclusão de uma criança com PC, requer de algumas cautelas a serem tomadas, as escolas devem atuar de maneira a acolher este aluno da melhor maneira possível, como adaptações dos espaços físicos das escolas, o aluno com essa especificidade necessita de adaptações como: rampas, banheiros adaptados, barras de segurança, cadeiras adaptadas etc. Assim como a parte pedagógica, como uma sala de apoio

AEE, e o currículo, assim como se faz necessário que o professor se especialize, pesquise e conheça a deficiência do seu aluno, com a finalidade de superar as dificuldades encontradas no seu dia a dia de modo que venha a auxiliar no planejamento de sua aula com esse aluno.

Ainda quanto ao espaço físico, Mrech (2008) ainda que a escola não esteja nos padrões de adaptações físicas, deve haver algumas adequações para que essa criança possa se sentir inserida, promovendo sua permanência. São estes fatores que se tornam inerentes ao espaço que a inclusão deve possuir para funcionar de forma efetiva e eficaz, colaborando para uma política pública nacional compromissada para com os problemas que a maioria dos discentes que possuem PC ou qualquer outra forma de distúrbio tenham em seu cotidiano de aprendizagem, oportunizando sua inserção entre seus colegas de maneira mais simples o possível, tornando o seu processo de aprendizagem construtivo.

A criança acometida com PC tem seu desenvolvimento comprometido, com base no local em que o cérebro sofreu a lesão. E como as funções cerebrais são inter-relacionadas a lesão pode assim afetar uma ou várias funções. Os problemas de aprendizagem que podem se manifestar nos alunos com PC, referem-se a distúrbios no desenvolvimento motor, da atenção, da percepção, da fala, das habilidades sociais e do autoconceito.

Os distúrbios do desenvolvimento estão relacionados ao desvio no desenvolvimento numa série de funções psicológicas e linguísticas, dos quais estão relacionados muitas vezes a PC. Com isso, deve-se antes de tudo estimular a criança, com atividades que desenvolvam algumas habilidades para sua coordenação motora, visão, comunicação, memória e capacidade de sucessão. Não só as crianças com PC, mas as crianças no geral devem ser estimuladas com atividades que trabalhem a memorização e a discriminação visual e auditiva, assim como, a capacidade de perceber relações e capacidade de concentração.

Os autores do quadro 1, Martins e Leitão (2012) convergem com os autores do quadro 2, Afonso (2012) e Baltazar (2013) sobre a importância da formação do profissional da educação, políticas de incentivos e de formação continuada a esses profissionais devem existir de forma que auxiliem para a inclusão dos alunos com NEE. Essa continuação proporcionará ao profissional recursos para o processo de planejamento de suas disciplinas normativas, tornando o discente com Paralisia

Cerebral mais próximo dos meios de ensino e provocando o interesse deste através de métodos de repasse dos conteúdos.

Tacca (2006) diz que o profissional da educação dos anos iniciais necessita dominar estratégias metodológicas para ter domínio sobre o conhecimento do qual vai repassar para desenvolver as capacidades cognitivas e afetivas dos alunos com necessidades individuais e sociais. O domínio das estratégias poderá render possibilidades de progresso quanto à aprendizagem de aluno com deficiência caracterizando a inclusão de forma eficiente e eficaz, sabe-se que estes fatores são difíceis de serem consolidados devido aos grandes entraves que o sistema de ensino enfrentam.

Estudos sobre a educação inclusiva apresentam diferentes estratégias para diminuir as barreiras de aprendizagem nas escolas com alunos com alguma especificidade, dentre as estratégias, destacam-se a formação permanente e valorização do professor, assim como um sistema de colaboração entre escola-família-equipe-multidisciplinar e o uso da tecnologia assistivas que colaborem com o processo educacional, deixando claro que os professores devem ter suporte de todos que fazem parte da educação do aluno com PC.

No que se refere sobre a participação da família no ensino-aprendizagem do aluno com PC, os autores Franco e Guerra (2015) do quadro 1, e Santos e Sanches (2004) e Baltazar (2013) do quadro 2, falam sobre de como o papel da integração família-escola contribuem para o desenvolvimento do aluno com PC, essa integração permite uma maior assimilação por parte dos professores sobre o caso do aluno, pois os pais melhor do que ninguém sabe quais as maiores dificuldades dessa aluno. Assim como a participação da equipe multidisciplinar como, professor especializado AEE, fisioterapeuta, cuidador, psicopedagoga.

Os pais são os principais meios de interação entre o aluno e professor, já que eles convivem diariamente com a criança, a comunicação familiar com a equipe escolar melhora o desenvolvimento desse aluno, assim facilita sobre quais os melhores meios para o professor do mesmo possa pensar em quais atividades proporcionar para melhor atender esse aluno.

A participação da família no ensino desse aluno só mostra que a escola conseguiu de fato torna-se uma escola inclusiva, pois uma escola inclusiva envolve a participação da família e comunidade, das quais contribuem para o fortalecimento e multiplicação das ações inclusivas. Os autores, Santos & Sanches (2004) falam sobre

como é importante a participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem promovendo o desenvolvimento da criança com mais facilidade.

Mediante essa união de forças a favor do aprendizado do aluno com PC, vem as possibilidades de ações a serem desenvolvidas para a inserção mais adequadas para esses educandos, toda e qualquer contribuição para seu desenvolvimento global é ganho nessa luta a inclusão. Carvalho (1988), no quadro 2 reforça que a criança que sofreu uma lesão em alguma área do cérebro e teve suas funções afetadas, precisam de um processo de inclusão, que vai desde sua vida em casa como sua vida na sociedade, além disso, um dos meios de facilitar esse processo de inclusão é inserindo atividades lúdicas nas funções diárias e fisiológicas dessa criança, como na alimentação, vestuário e higienização, evoluindo cada uma de suas habilidades.

A ludicidade promove ao aluno liberdade, tornando o momento de aprendizagem prazeroso, facilitando assim seu aproveitamento no ensino. Os jogos enquanto instrumentos de aprendizagem possibilita ao discente a aquisição de habilidades para o desenvolvimento global. Percebe-se que com a criança com PC, há uma limitação em quanto ao tipo de brincadeiras e jogos a serem desenvolvidos por conta de suas especificidades.

Atualmente, já é possível encontrar diversas pesquisas e estudos voltados para o desenvolvimento necessário de um aluno com necessidades especiais de aprendizado, uma ferramenta muito usada hoje pelos pesquisadores e professores, é uso da tecnologia como um meio facilitador de aprendizagem

Para Deliberato (2015) e Ferreira (2011) do quadro1, assim como Heidrich, Santarosa, Franco e Kieling (2012) do quadro 2, os alunos com dificuldades cognitivas e motoras e em muitos casos com problemas na fala, é de essencial importância o uso das tecnologias assistivas que são produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o intuito de promover a comunicação entre o aluno com PC e o meio com o qual vai conviver, proporcionando autonomia e inclusão social do mesmo.

A tecnologia vem como aliada em diferentes áreas de estudos, e é assim com as crianças com PC, o seu uso possibilita a criança sem oralidade a ter possíveis formas de comunicação, pois não significa que um aluno que não tem oralidade não possa se comunicar e se fazer entender por aquele que os rodeiam como os professores e colegas, promover tecnologias que possibilitem essa comunicação entre eles, é promover a inclusão. Cabe ao professor identificar qual melhor possibilidade e potencializá-la afim de favorecer o desenvolvimento do aluno.

Para Ferreira (2011) a tecnologia assistiva é um ótimo instrumento avaliativo, misturando a tecnologia com a pedagogia, elabora um cenário lúdico, onde se é capaz de visualizar, principalmente, nas crianças que tiveram sequelas no cérebro que afetaram a comunicação, como elas conseguem desenvolver expressões faciais, corporais e sensoriais. Ter conhecimento prévio da criança facilita a realização da identificação de quais jogos, figuras e objetos podem ser usados para as adequações dos recursos a serem usados com esse aluno

Sobre comunicação Paura e Deliberato (2014) do quadro 1 e Santos (2014) do quadro 2, discutem sobre a importância de fazer-se entender os alunos sem comunicação, métodos como o uso da prancha comunicativa auxilia nos casos de alunos com a perda da oralidade. Possibilitando que os mesmo tenham a comunicação entre seus colegas e professores.

Comunicar-se é essencial para que haja a interação entre professor e aluno, fazer o aluno entender o que está sendo aplicado é de suma importância para a promoção do seu desenvolvimento, sendo assim, são muitos os fatores que possibilita a inclusão real do aluno com Paralisia Cerebral no contexto escolar.

Dessa forma, é notável que a luta da inclusão de pessoas com encefalopatia crônica tem crescido nos últimos tempos, muitos resultados e objetivos já foram alcançados, entretanto muitas mudanças ainda norteiam essa temática, reformas adequadas e simples ainda são esperadas nas escolas e também na sociedade como um todo, é almejado que os estudos cada vez mais aprofundados possam guiar e contribuir para o melhoramento e aperfeiçoamento das escolas, dos professores e de todo o sistema educativo.

Destarte, a inclusão de forma inclusiva e não excludente, realmente ocorrerá quando a escola que receber esse aluno com PC, possa proporcionar ao mesmo um ambiente físico adequado, profissionais educacionais comprometidos com o desenvolvimento de aluno, com participação dos pais em conjunto com a escola para a efetivação da educação assim como métodos que facilite a comunicação e interação do aluno com o meio escolar e social. Promover a inclusão e desenvolvimento do aprendizado desse aluno requer compromisso social e educacional por parte de todos que cercam esse aluno. Tornando esse aluno autônomo e incluído na sociedade, podendo-se desenvolver profissionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de retratar sobre a inclusão de alunos com Paralisia Cerebral na escola em suas fases iniciais gerou uma compreensão do quanto a educação inclusiva no Brasil ainda passa por muitos dilemas, debates e obstáculos, apesar de estar regida em lei, as escolas ainda não adotam o mínimo de mudanças adequadas nas estruturas físicas e pedagógica da educação. É possível ver que ainda há uma certo despreparo pelos professores que receberam alunos com PC, não são oferecidos os mínimos preparos para a inclusão, sabe-se da complexidade da introdução de alunos com qualquer que seja a deficiência, mas é preciso fazer, não apenas para a entrada e aceitação dos alunos com deficiências nas escolas, mas também para a permanência de tal.

Os promotores das pesquisas deixam exposto que para uma boa prática de avaliação, o professor deve trabalhar com uma equipe multidisciplinar nos exemplos de discentes com PC, ou seja, com os profissionais que atuam, tanto com o lado educativo quanto com o lado fisiológico do aluno. Isso se dá porque a inclusão não se diz respeito apenas por colocar o aluno dentro de uma sala de aula e deixá-lo sem que progrida na sua vida acadêmica, social ou vida familiar, vai além disso pois integra sua vida como um todo.

Muitos autores citam a tecnologia como uma ferramenta de suporte para que seja possível realizar práticas e avaliações pedagógicas voltadas para os discentes com PC nos anos iniciais, e principalmente, serve não para que seja apenas uma porta de entrada, mais que seja uma permanência progressiva desse aluno, que mostre um feedback positivo e evolutivo tanto para o professor como para o seu aluno.

Enfim, assim com a participação familiar no desenvolvimento desse aluno, precisa-se incluir o compromisso de todos que fazem parte do convívio de alunos com qualquer deficiência. Ir em busca de métodos que integrem sua participação são essenciais para seu desenvolvimento cognitivo global e essa interação família-escola é importante para seu desenvolvimento. Portanto, o trabalho com crianças acometidas de paralisia cerebral é uma ação complexa que exige dedicação e investimento pessoal.

THE PEDAGOGICAL EVALUATION PROCESS OF THE CONCERNED CEREBRAL PARALYSIS IN THE YEARS A REVIEW OF THE LITERATURE

ABSTRACT

The objective of this work was to carry out a bibliographic survey about the process of pedagogical evaluation of the student affected by cerebral palsy in the early years, to search the definitions of Cerebral Palsy, to analyze the process of inclusive education for its patients and to identify the practices of pedagogical evaluations more suitable for students in the early years who live this reality in their classroom. The search was conducted in the Virtual Google Scholar Platform, which presented a range of sites in the selected terms, such as Virtual Scientific Library Online, Digital Library of Monographs of the Federal University of Rio Grande do Norte and the virtual portal of the magazine ABCS Health Sciences. We chose to select those published in the period from 1988 to 2015. The sample consisted of 12 articles. The results of the selected articles demonstrated that although school inclusion is already governed by law, many schools adopting the inclusive school model do not have the minimum structure to receive children with cerebral palsy. The articles show the need to have a multidisciplinary team to meet all the needs that the student presents, it is not only about integrating the student into the school, but about accompanying him evolutionarily in his personal development trajectory. The researchers present in their articles technology as a quick solution to the barriers that are found in the pedagogical evaluation process for both students and teachers.

KEY-WORDS: Inclusion. Pedagogical Practice. Cerebral Palsy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Ângela Maria Teixeira. O ensino e a paralisia cerebral. **Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial e Domínio Cognitivo e Motor**. 2012.

AMARAL, P. P.; MAZZITELLI, C. Alterações ortopédicas em crianças com paralisia cerebral da clínica-escola de Fisioterapia da Universidade Metodista de São Paulo. **Rev Neurocienc**. 2003.

BALTAZAR, Susana Maria Pita. A inclusão de crianças com paralisia cerebral em contexto educativo – percepções dos docentes do ensino regular, ensino especial e

atividades de enriquecimento curricular. **Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Educação Especial: Domínio Cognitivo-Motor**. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CARVALHO, Lígia Maria de Godoy. As atividades lúdicas e a criança com paralisia cerebral: o jogo, o brinquedo e a brincadeira no cotidiano da criança e da família. 170f. **Dissertação (Mestrado em Educação Física)**. Universidade Estadual de Campinas, Campina. 1988.

DELIBERATO, Débora. Seleção, adequação e implementação de recursos alternativos e/ou suplementares de comunicação. **Departamento de Educação Especial** (Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília). Grupo de Pesquisa de Deficiências Físicas e Sensoriais. 2015.

FERREIRA, Maria Inês de Jesus. Tecnologia Assistiva para crianças com paralisia cerebral sem oralidade: avaliação da comunicação durante atividades com jogos digitais. **Biblioteca da Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC**. 2011.

FRANCO, Marco Antonio Melo, GUERRA, Leonor Bezerra. O ensino e a aprendizagem da criança com paralisia cerebral: ações pedagógicas possíveis no processo de alfabetização. **Revista Educação Especial**, v. 28, p. 311-323, 2015.

HEIDRICH, Regina de Oliveira; SANTAROSA, Lucila Costi; e FRANCO, Sérgio Kieling. Inclusão escolar de aluno com paralisia cerebral, utilizando as tecnologias de informação e comunicação? **Revista Ibero-americana de Educação**, n. 2, p. 1-11, 2012.

LEITE JMRS, PRADO GF. **Paralisia cerebral**: aspectos fisioterapêuticos e clínicos. *Rev Neurocienc*. 2004.

MARTINS, Catarina; LEITÃO, Letícia. O aluno com paralisia cerebral em contexto educativo: diferenciação de metodologia e de estratégias. **Millenium**, n. 42, p. 59-66, jan/jun, 2012.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão sócio-educacional. **Cadernos de Pós-Graduação**; 7. São Paulo: Mackenzie, 2002.

MRECH, L. O que é educação inclusiva? **Revista Integração**. MEC: Brasília, v. 8, n. 20, p. 37-39, 2008.

NITRINI, Ricardo & BACHESHI, Luiz A. **A neurologia que todo médico deve saber**, 4ª ed., São Paulo: Santos, 2009.

PAURA, Andréa Carla; DELIBERATO, Débora. Estudos de vocabulário para avaliação de crianças com deficiência sem linguagem oral. **Revista brasileira de educação. espec.** v. 20, n.1, p.37-52, 2014.

RUBINSTEIN, Sofia, RAMALHO, Maria Helena da Silva, NETTO, Francisco Camargo. O desenvolvimento da criança com paralisia cerebral no ambiente familiar. **Movimento**, Porto Alegre, v.8, n.3, p. 33-45, set/dez 2002.

SANTOS, Alisson Fernando dos. Paralisia cerebral: uma revisão da literatura. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 16, n. 2, jul./dez., 2014.

SANTOS, Amélia; SANCHES, Isabel. Práticas de educação inclusiva. Aprender a incluir a criança com paralisia cerebral e sem comunicação verbal ao jardim de infância. **O professor**, n. 89, p. 44-63, 2004.

SILVA, Daniela Baleroni Rodrigues. Avaliação das atividades de crianças com paralisia cerebral na escola regular: participação, níveis de auxílio e desempenho. 2007. **Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

TACCA, M. C. (Org) **Aprendizagem do trabalho pedagógico**. Campinas: Alinéa, 2006.